

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

CNPJ. : 00.081.906/0001-88

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



SÃO PAULO
Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE
Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE
recife@grupoaudisa.com.br
RIO DE JANEIRO
riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa
 @grupo_audisa
 grupoaudisa.consultores

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 10 de maio de 2019.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620



SÃO PAULO
Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE
Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE
recife@grupoaudisa.com.br
RIO DE JANEIRO
riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa
 @grupo_audisa
 grupoaudisa.consultores

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5BEA-3755-404B-1D99> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5BEA-3755-404B-1D99



Hash do Documento

7F6BA4907C42B2C17ADE0D4E07CF9526E11726DAD3F56F35EA6DD7CE8DADE8CF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/05/2019 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19
em 31/05/2019 15:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital



Jan
AA

ab

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE			CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	28.634.662	19.370.834	Fornecedores	1.279.745
Contas a receber de projetos	31.266.480	51.267.473	Férias e encargos sociais	1.169.957
Outras contas a receber	306.776	295.172	Obrigações fiscais e sociais	420.275
Adiantamentos diversos	651.669	640.289	Outras contas a pagar	142.382
Estoque	270.627	384.800	Recursos vinculados a projetos	52.829.726
Despesas do exercício seguinte			Total do passivo circulante	55.842.086
Total do ativo circulante	61.130.215	71.958.568	NÃO CIRCULANTE	
NÃO CIRCULANTE			Provisão para contingências	68.061
Imobilizado	3.817.544	2.984.845	Total do passivo não circulante	68.061
Intangível	44.830	44.830	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Total do ativo não circulante	3.862.374	3.029.675	Patrimônio Social	3.694.983
			Fundo Institucional	607.876
			Fundo estatutário	4.316.626
			Superávit do exercício	462.956
			Total do patrimônio líquido	9.082.442
Total do ativo	64.992.589	74.988.243	Total do passivo e patrimônio líquido	74.988.243

Fábio Massami Endo

Instituto Socioambiental
Fábio Massami Endo
Coordenador de Administração
CPF 293.160.488-77

André J. Ayres Villak-80as

Instituto Socioambiental
André J. Ayres Villak-80as
Secretário Executivo
CPF 013.109728-85

Sandra Maria Ribeiro

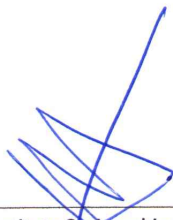
Instituto Socioambiental
Sandra Maria Ribeiro
Contadora
CRC 1SP 192.190/O-1
CPF 259.822.418-30

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Demonstração de resultado do período
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

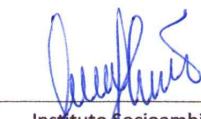
	Nota explicativa	2018	2017
RECEITAS			
Nacionais		6.584.285	7.936.524
Estrangeiras		29.065.805	25.284.518
Vendas de Produtos e Serviços	15	1.129.365	455.027
Financeiras		880.488	1.551.275
Outras	16	<u>1.045.363</u>	<u>367.762</u>
		<u>38.705.305</u>	<u>35.595.107</u>
DESPESAS			
Coordenação geral		1.088.499	1.070.269
Serviços e atividades permanentes		5.100.043	4.411.799
Programas regionais e nacionais		28.042.617	26.519.554
Temas		-	75.530
Projetos Especiais		2.512.405	1.891.314
Núcleos de ação global		2.365	1.616
Outras		1.496.419	1.343.219
		<u>38.242.348</u>	<u>35.313.301</u>
Superávit do exercício		<u>462.956</u>	<u>281.807</u>



Instituto Socioambiental
Fabio Massami Endo
Cordenador de Administração
CPF 293.160.488-77



Instituto Socioambiental
André J. Ayres Vilas-Bôas
Secretário Executivo
CPF 013.109728-85



Instituto Socioambiental
Sandra Mara Ribeiro
Contadora
CRC 1SP 192.190/O-1
CPF 259.822.418-30

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Patrimônio social	Fundo institucional	Fundo estatutário	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.553.214	1.258.733	3.834.336	409.963	8.056.246
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-	-
Ajuste de Auditoria	-	-	-	-	-
Incorporação ao patrimônio social	409.963	-	-	(409.963)	-
Constituição do fundo institucional	-	(708.200)	-	-	(708.200)
Constituição do fundo estatutário	-	-	32.556	-	32.556
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	371.730	-	371.730
Transferência entre contas	450.000	185.865	(185.865)	-	450.000
Superávit/Déficit do exercício	-	-	-	281.807	281.807
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.413.177	736.397	4.052.756,93	281.807	8.484.137
Ajuste de exercício anterior	0	-	-	-	0
Ajuste de Auditoria	0	-	-	-	0
Incorporação ao patrimônio social	281.807	-	-	(281.807)	0
Constituição do fundo institucional	-	(260.451)	-	-	(260.451)
Constituição do fundo estatutário	-	-	131.939	-	131.939
Rendimentos de aplicações financeiras	-	0	263.860	-	263.860
Transferência entre contas	0	131.930	(131.930)	-	0
Superavit/Déficit do exercício	-	-	-	462.956	462.956
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.694.984	607.876	4.316.626	462.956	9.082.442

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	462.956	281.807
Ajustes para reconciliar o resultado líquido:		
Depreciação e amortização	784.887	623.673
Acréscimo ao Fundo institucional	(128.521)	(72.336)
Acréscimo ao Fundo estatutário	263.869	218.420
Provisão para contingências	(4.071)	-
Valor residual de imobilizado baixado	6.777	11.262
	<u>1.385.897</u>	<u>1.062.826</u>
(Aumento) redução dos ativos		
Circulante:		
Contas a receber	19.989.389	(12.534.774)
Adiantamentos diversos e estoques	102.792	(236.095)
Despesas do exercício seguinte	-	-
	<u>20.092.181</u>	<u>(12.770.869)</u>
Aumento (redução) dos passivos		
Circulante:		
Fornecedores	(75.426)	643.514
Férias e encargos sociais	(20.893)	173.178
Outras obrigações	(20.964)	(64.119)
Obrigações fiscais e sociais	(21.995)	60.968
Recursos vinculados a projetos	(10.450.609)	7.278.206
	<u>(10.589.887)</u>	<u>8.091.747</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.888.190	(3.616.296)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimos de imobilizado e intangível	<u>(1.624.363)</u>	<u>(912.403)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.624.363)	(912.403)
(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	9.263.828	(4.528.699)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	19.370.834	23.899.533
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>28.634.662</u>	<u>19.370.834</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	9.263.828	(4.528.699)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais - R\$)

1. Aspectos institucionais

O Instituto Socioambiental foi fundado em 22 de abril de 1994 com Ata de Fundação registrada no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob nº. 346311, sendo uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede em São Paulo - SP e sub-sedes em Brasília - DF, São Gabriel da Cachoeira e Manaus - AM, Boa Vista - RR, Eldorado - SP, Canarana - MT e Altamira - PA. A Entidade tem como objetivo promover a defesa de bens e direitos sociais coletivos e difusos relativos ao meio ambiente; ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, estimular o desenvolvimento socioeconômico através da garantia do acesso e gestão democráticos e ecologicamente sustentável dos recursos naturais, com a manutenção da diversidade cultural e biológica, para as presentes e futuras gerações; promover, realizar e divulgar pesquisas e estudos, organizar documentação e desenvolver projetos aplicados à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos direitos humanos e dos povos indígenas e populações tradicionais; promover o intercâmbio com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio ambiental, cultural e dos povos, em especial na América Latina e Caribe e para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativa às suas atividades; divulgar por quaisquer meios as informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatos as suas atividades; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos; estimular e realizar estudos de caráter preventivo e participativo para combater a degradação ambiental e social em todas as suas manifestações, inclusive estudos de impacto ambiental decorrentes das atividades antrópicas.

2. Base de preparação

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de

registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a gestão de risco financeiro (nota 4), o valor residual do ativo imobilizado (nota 7) e a provisão para contingências (nota 10).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Entidade utilizando taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda de câmbio de itens monetários é a diferença entre o custo da moeda funcional no início do período, ajustado por pagamentos realizados durante o período e o

custo em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente nas datas de origem. A Entidade possui como ativos financeiros não derivativos aqueles registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos.

Contas a receber de projetos e outras contas

São ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Posteriormente, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável, através da constituição da provisão para perdas com créditos cuja política utilizada se baseia na avaliação da expectativa de realização dos referidos créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras correspondem a recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado.

Estoques

Os estoques correspondentes a obras publicadas com recursos de projetos financiados por terceiros são avaliados pelo custo unitário de impressão. Os estoques adquiridos com recursos próprios são valorizados pelo custo de aquisição que não supera o valor de mercado.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

c) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação, quando existentes, são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas.

O software adquirido que faz parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele ativo.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permite que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização acumuladas são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

Prédios	4 %
Veículos, equipamentos de informática, embarcações, sistemas e programas	20 %
Máquinas e equipamentos, instalações, equipamentos de comunicação e móveis e utensílios	10 %

d) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativo de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, numa frequência anual. A Administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018

e) Benefícios a empregados

Obrigações a empregados relativamente a benefícios de curto prazo são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pelo Instituto não há qualquer benefício pós emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

f) Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. Quando aplicável, as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício.

g) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime contábil de competência.

h) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

i) Doações e contribuições

As doações e contribuições financeiras recebidas são reconhecidas como receitas e mensuradas a valor justo.

4. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.



Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações contábeis é:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	28.634.662	19.370.834
Contas a receber de projetos	31.266.480	51.267.473
Outras contas a receber	306.776	295.172
Adiantamentos diversos	651.669	640.289
Estoques	270.627	384.800
	61.130.215	71.958.568

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2018 um ativo circulante de R\$ 61.130.215 (R\$ 71.958.568 em 2017) para um passivo circulante de R\$ 55.842.086 (R\$ 66.431.973 em 2017), o que representa uma liquidez de R\$5.288.129 (liquidez de R\$ 5.526.595 em 2017).

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, recebíveis de clientes e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da Entidade.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Este risco é reduzido principalmente para os custos com pessoal uma vez que este é um dos componente mais relevantes do custo dos projetos e tais gastos são fixados em moeda nacional e de acordo com o dissídio da categoria profissional.

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida superior à inflação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	829.650	150.190
Aplicações financeiras	27.805.012	19.220.644
Total	28.634.662	19.370.834

6. Contas a receber de projetos

A Entidade contabiliza no ativo circulante os valores aprovados, contratados e ainda não recebidos no período.

Os valores a receber dos contratos de financiamento que utilizam moeda estrangeira são contabilizados de acordo com a taxa de 31/12/2018 do Banco Central do Brasil. A taxa do dólar utilizado é de R\$ 3,87 e a taxa do euro é de R\$ 4,43.

7. Imobilizado e intangível

As movimentações do custo, da depreciação e amortização do imobilizado e do intangível em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:





Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2017

Descrição	01.01.2017	Adições	Baixas	31.12.2017
Terrenos	13.000	-	-	13.000
Prédios	1.234.477	-	-	1.234.477
Máquinas e equipamentos	1.304.414	189.988	(10.862)	1.483.540
Veículos	1.146.340	211.736	-	1.358.075
Móveis e utensílios	135.004	15.850	-	150.854
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	1.648.477	354.588	(4.790)	1.998.274
Embarcações	609.930	110.730	(55.865)	664.795
Equipamentos de comunicação	125.013	29.512	-	154.525
Total	6.220.634	912.403	(71.517)	7.061.520

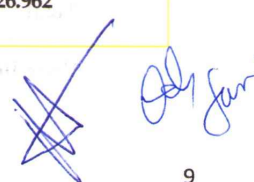
Movimentação da depreciação de 01.01 a 31.12.2017

Descrição	01.01.2017	Adições	Baixas	31.12.2017
Prédios	(535.781)	(49.379)	-	(585.160)
Máquinas e equipamentos	(445.006)	(123.762)	1.516	(567.252)
Veículos	(727.243)	(166.017)	-	(893.260)
Móveis e utensílios	(73.299)	(9.461)	-	(82.759)
Instalações	(3.980)	-	-	(3.980)
Equipamentos de informática	(1.212.158)	(200.655)	2.874	(1.409.939)
Embarcações	(444.084)	(62.959)	55.865	(451.178)
Equipamentos de comunicação	(71.708)	(11.439)	-	(83.147)
Total	(3.513.258)	(623.673)	60.255	(4.076.675)
Valor líquido	2.707.376	288.730	(11.262)	2.984.845

Intangível

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2017

Descrição	01.01.2017	Adições	Baixas	31.12.2017
Sistemas e programas	82.132	-	-	82.132
Marcas e patentes	44.830	-	-	44.830
Total	126.962	-	-	126.962



Movimentação da amortização de 01.01 a 31.12.2017

Descrição	01.01.2017	Adições	Baixas	31.12.2017
Softwares	(82.132)	-	-	(82.132)
Total	(82.132)	-	-	(82.132)
Valor líquido	44.829	-	-	44.829

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2018

Descrição	01.01.2018	Adições	Baixas	31.12.2018
Terrenos	13.000	120.000	-	133.000
Prédios	1.234.477	260.000,00	-	1.494.477
Máquinas e equipamentos	1.483.540	190.489	(4.668)	1.669.361
Veículos	1.358.075	146.233	-	1.504.308
Móveis e utensílios	150.854	-	-	150.854
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	1.998.274	556.114	(101.208)	2.453.181
Embarcações	664.795	327.444	-	992.239
Equipamentos de comunicação	154.525	24.083	(1.360)	177.249
Total	7.061.520	1.624.363	(107.235)	8.578.648

Movimentação da depreciação de 01.01 a 31.12.2018

Descrição	01.01.2018	Adições	Baixas	31.12.2018
Prédios	(585.160)	(84.912)	-	(670.073)
Máquinas e equipamentos	(567.252)	(132.385)	117	(699.520)
Veículos	(893.260)	(167.956)	-	(1.061.215)
Móveis e utensílios	(82.759)	(9.705)	-	(92.464)
Instalações	(3.980)	-	-	(3.980)
Equipamentos de informática	(1.409.939)	(256.031)	100.330	(1.565.640)
Embarcações	(451.178)	(120.869)	-	(572.046)
Equipamentos de comunicação	(83.147)	(13.029)	11	(96.165)
Total	(4.076.675)	(784.887)	100.458	(4.761.103)
Valor líquido	2.984.845	839.476	6.777	3.817.545

Intangível

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2018

Descrição	01.01.2018	Adições	Baixas	31.12.2018
Sistemas e programas	82.132	-	-	82.132
Marcas e patentes	44.830	-	-	44.830
Total	126.962	-	-	126.962

Movimentação da amortização de 01.01 a 31.12.2018

Descrição	01.01.2018	Adições	Baixas	31.12.2018
Softwares	(82.132)	-	-	(82.132)
Total	(82.132)	-	-	(82.132)
Valor líquido	44.829	-	-	44.829

8. Obrigações fiscais e sociais

	2018	2017
INSS - salários	209.383	210.690
INSS - serviços prestados	16.709	9.517
FGTS	65.645	68.571
Imposto de renda retido na fonte - salários	94.382	96.294
Imposto de renda retido na fonte - serviços prestados	4.361	3.278
Outros	29.795	53.920
Total	420.275	442.270

9. Recursos vinculados a projetos

A Entidade contabiliza no passivo circulante os recursos contratados de financiadores e que ainda não foram aplicados nos respectivos Convênios ou Projetos. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$52.829.726 (R\$ 63.280.335,81 em 2017), com a seguinte distribuição:

Recursos vinculados a projetos	2018	2017
Fontes Nacionais	9.682.394	14.065.520
Fontes Estrangeiras	43.147.332	49.214.816
TOTAL	52.829.726	63.280.336

10. Provisão para contingencias

A Entidade é sujeita a ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza civil. Apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas.

11. Isenção tributária

Tendo em vista que o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ele está isenta ao pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre o superávit apurado.

12. Patrimônio Líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido do superávit, da constituição e dos rendimentos do fundo estatutário e diminuído do déficit e da utilização do fundo estatutário, apurados anualmente desde a data da sua constituição.

De acordo com o estatuto social, em caso de dissolução da associação, com base em decisão tomada em Assembleia Geral, seu patrimônio entrará em liquidação, revertendo todos os seus bens e direitos a organização ou organizações da sociedade civil de interesse público de propósitos assemelhados, reconhecidas oficialmente como tal pelo Ministério da Justiça.

13. Fundo estatutário

De acordo com o disposto nos artigos 55 e 56, letras a, b e c do Estatuto social, serão destinados recursos para a constituição de um Fundo financeiro a ser utilizado em situações excepcionais mediante aprovação expressa da Assembleia Geral. O Fundo financeiro será formado pela aplicação



de 10% sobre as receitas obtidas sem vinculação determinada, de 0,5 % sobre as receitas com vinculação determinada, desde que este percentual e a sua destinação estejam previstos no projeto de captação correspondente, de 100 % das receitas obtidas especialmente para esse fim e de 100 % das receitas resultantes do próprio Fundo. O parágrafo único do art. 56 estabelece que o valor acumulado do fundo financeiro não deverá exceder a 25% da despesa anual do Instituto prevista no orçamento.

Os recursos do Fundo estatutário estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário - DI no Banco do Brasil e numa carteira de aplicações no Banco Safra. O rendimento líquido do exercício de 2018, contabilizado como acréscimo ao Fundo correspondeu ao valor de R\$263.860 (R\$ 371.730 em 2017), conforme decisão em Assembleia, 50% (R\$ 131.930) deste valor foi transferido para o Fundo de Incidência Política e Comunicação.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do Fundo estatutário era de R\$ 4.316.626 (R\$4.052.757 em 2017), enquanto o valor aplicado tinha o saldo de R\$5.183.700 (R\$ 4.419.841 em 2017), com uma diferença de R\$ 867.074 que corresponde ao valor de aporte do Fundo de Incidência Política e Comunicação, que deverá ser retirado da conta corrente do Fundo Estatutário e também de recursos institucionais depositados na conta do Fundo Estatutário com a finalidade de melhorar a carteira de investimentos do fundo.

14. Fundo Institucional

Fundo constituído a partir do exercício de 2010 para fazer face ao pagamento da multa do FGTS no caso de desligamento de funcionários da Entidade. O cálculo foi inicialmente efetuado para os funcionários envolvidos em projetos específicos. A Entidade espera ampliar o valor desse Fundo de modo a minimizar no futuro os impactos financeiros que naturalmente ocorrem por ocasião do pagamento de verbas indenizatórias aos funcionários desligados. O valor será mantido em conta bancária específica de aplicação financeira e será utilizado exclusivamente no pagamento da multa do FGTS. Em 29 de maio de 2015 foi aprovado em assembleia a constituição do Fundo de Incidência Política e Comunicação e sua formação é composta de 50% valor dos rendimentos da conta do Fundo Estatutário, bem como a apropriação de até 50% dos rendimentos das contas dos Programas e ganhos de cambiais. A partir de 2016 os recursos de filiação foram vinculados a este fundo. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$607.876 (R\$ 736.397 em 2017) conforme distribuição abaixo:

	2018	2017
Fundo FGTS	40.506	40.507
Fundo de Incidência Política e Comunicação	567.370	695.890
	607.876	736.397

15. Venda de produtos e serviços

	2018	2017
Prestação de serviços	875.726	158.593
Venda de publicações	55.223	90.719
Venda de Produtos	198.416	205.715
Total	1.129.365	455.027

16. Outras receitas

	2018	2017
Doações de pessoas físicas	202.043	98.273
Doações de pessoas jurídicas	129.097	38.159
Resultado na venda do imobilizado	9.200	23.800
Filiação	241.660	143.406
Voluntário	25.568	32.963
Doações de Ativo Imobilizado	380.849	-
Outros	56.946	31.161
Total	1.045.363	367.762

17. DESPESAS

As despesas no valor de R\$ 38.242.348 (R\$ 35.313.301 em 2017) consideradas para distribuição por atividade estão demonstradas como segue:

Por NATUREZA DE DESPESAS	2018	2017
Pessoal	17.999.660	17.093.553
Diárias	58.026	84.076
Serviços Terceiros Pessoa Física	615.162	489.922
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	7.288.698	6.532.272
Viagens /Deslocamentos	2.962.489	2.682.035
Material de consumo	4.807.339	4.518.456
Tributos e Tarifas	565.851	606.505
Repasse para organizações parceiras	1.142.847	606.310
Bolsa de Pesquisa	555.671	517.890
Apoio Local	299.626	131.377
Voluntário	25.568	32.963



Outras	17.077	9.210
Provisões	863.139	1.157.949
Depreciação	784.887	623.672
Custo das Mercadorias e Serviços	250.894	215.848
Doação De Ativo Imobilizado	5.417	11.262
Total	38.242.348	35.313.301

Por PROGRAMAS

	2018	2017
COORDENAÇÃO GERAL	1.088.499	1.070.269
Institucional	443.840	473.146
Orgãos Colegiados	57.752	50.352
Secretaria Executiva	586.907	546.771
SERVIÇOS E ATIVIDADES PERMANENTES	5.100.043	4.411.799
Documentação	508.124	567.009
Geoprocessamento	378.245	353.145
Comunicação	1.319.505	815.184
Desenvolvimento Institucional	261.901	286.702
Administração E Finanças	2.203.857	2.016.190
Informática	428.411	373.568
PROGRAMAS REGIONAIS E NACIONAIS	28.042.615	26.519.554
Rio Negro	9.621.242	8.488.258
Programa Monitoramento De Áreas Protegidas	1.590.947	1.722.293
Programa Política E Direito Socioambiental	3.201.456	3.031.190
Programa Vale Do Ribeira	1.468.518	638.344
Programa Xingu	12.160.452	12.638.024
Programa Mananciais	0	1.445
TEMAS	0	75.530
Povos Indígenas No Brasil	0	75.530
PROJETOS ESPECIAIS	2.512.406	1.891.314
Capacitação	0	30
Raisg	804.273	805.944
Bolsas De Especialização	1.742	0
Mobilização e Comunicação(*)	430.427	372.914

Projeto Das Águas	0	33.664
Campanha Institucional(*)	0	21
Projeto Plataforma Disponibilização Acervo Isa	68.331	107.770
Território da Diversidade Socioambiental	66.130	15.600
CADEIA DE VALORES	773.851	508.421
Outros Projetos Especiais	0	46.952
Seminário Belem+30	75.651	0
Fundo Kayapo	83.395	0
Crônicas Socioambientais	4.114	0
Atividades de Apoio - RFN	204.492	0
NÚCLEOS DE AÇÃO GLOBAL	2.365	1.616
Brasil Socioambiental	2.365	1.616
OUTRAS	1.496.420	1.343.219
Transitórias	7.622	17.135
Custo das Mercadorias Vendidas	250.894	215.848
Depreciação	784.887	623.673
Fundo Estatutário	444.361	469.477
Fundo De Reserva	3.239	5.825
Doação De Ativo Imobilizado	5.417	11.262
Total	38.242.348	35.313.301

(*) Parte dos gastos referentes a estes Projetos Especiais foram transferidos para o Fundo de Incidências Políticas e Comunicação.

18. Cobertura de seguros

A Entidade possui seguro contra incêndio, vendaval, queda de raio, explosão, danos elétricos e responsabilidade civil, o qual é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais riscos.

19. Voluntariado

Os trabalhos voluntários identificados pela Administração como tem sido prestado no exercício de 2018, bem como seu valor justo podem ser descritos e estão registrados na Demonstração de Resultado do Período, conforme determina a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1409 em seu item 19. Os trabalhos de colaboradores voluntários não foram mensurados pois é necessária a

definição de parâmetros claros para estabelecermos o valor que será utilizado para quantificar tal trabalho.

**CÁLCULO DE VALORAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO
REUNIÕES DO CONSELHO DIRETOR e CONSELHO FISCAL
Exercício de 2018**

	nº de Reuniões do CD & CF	6
	total de participantes	22
	quantidade de horas por reunião	8
A	Total de horas dedicadas	176
	valor R\$ mensal da maior remuneração do ISA com encargos	25.568,32
B	valor R\$ hora da maior remuneração do ISA	145,2745
A x B	Valor R\$ total de trabalho voluntário recebido	25.568,32

20. Resultado do exercício

O superávit do exercício de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em seu item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.



Instituto Socioambiental
Fabio Massami Endo
Coordenador de Administração
CPF 293.160.488-77



Instituto Socioambiental
Sandra Mara Ribeiro
Contadora
CRC 1SP 192.190/O-1
CPF 259.822.418-30



Instituto Socioambiental
André J. Ayres Villas-Bôas
Secretário Executivo
CPF 013.109728-85